

POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO E LEITURA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: APROXIMAÇÕES DO ODS 4 DA AGENDA 2030

Everton da Silva Camillo, Universidade Estadual Paulista (Unesp), <https://orcid.org/0000-0003-1314-4372>

Claudio Marcondes de Castro Filho, Universidade Estadual Paulista (Unesp), <https://orcid.org/0000-0003-0889-4291>

RESUMO

Este estudo tem como objetivo identificar aproximações entre políticas públicas do livro e leitura e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da Agenda 2030. Teoricamente, discorreu-se sobre as políticas públicas do livro e leitura e sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 no contexto da Agenda 2030. Desenvolveu-se uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, delineamento documental e níveis descritivo e exploratório. Recuperou-se 15 documentos do repositório do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e o Caribe. Os documentos foram analisados com o emprego dos métodos análise de correlação dos dados e análise de conteúdo. A análise de correlação demonstrou que há ausência de correlações entre os dados do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 e os das políticas públicas analisadas. A análise de conteúdo, por sua vez, apresentou dados que corroboram aqueles obtidos na análise de correlações. Identificou-se que as políticas públicas do livro e leitura analisadas abordam tópicos sub-representados ou ausentes no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da Agenda 2030. A pesquisa conclui que é fundamental que esforços no sentido de aproximar as políticas públicas do livro e leitura do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da Agenda 2030 sejam feitos sobretudo pelos gestores públicos. Tal movimento representaria um avanço significativo e inovador nas políticas públicas educacionais e culturais. Para tanto, contudo, é desejável planejamento, vontade política, parcerias institucionais e pessoal técnico capacitado.

Palavras-Chave: Educação de Qualidade; Sustentabilidade; Promoção da Leitura; Análise de Política Pública; América Latina.

POLÍTICAS PÚBLICAS DEL LIBRO Y LA LECTURA EN EL DESARROLLO SOSTENIBLE: APROXIMACIONES DEL ODS 4 DE LA AGENDA 2030

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo identificar similitudes entre las políticas públicas del libro y la lectura y el Objetivo de Desarrollo Sostenible 4 de la Agenda 2030. Teóricamente, se discutieron las políticas públicas del libro y la lectura y el Objetivo de Desarrollo Sostenible 4 en el contexto de la Agenda 2030. Se realizó una investigación cualitativa y cuantitativa, con diseño documental y niveles descriptivo y exploratorio. Quince documentos fueron recuperados del repositorio del Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe. Los documentos fueron analizados utilizando los métodos de análisis de correlación de datos y el análisis de contenido. El análisis de correlación de los datos mostró que no existe correlación entre los datos del Objetivo de Desarrollo Sostenible 4 y las políticas públicas analizadas. El análisis de contenido, a su parte, presentó datos que corroboran los datos obtenidos en el análisis de correlación. Se identificó que las políticas públicas del libro y la lectura analizadas abordan temas subrepresentados o ausentes en el Objetivo de Desarrollo Sostenible 4 de

la Agenda 2030. La investigación concluye que es fundamental que los esfuerzos por acercar las políticas públicas del libro y la lectura del Objetivo de Desarrollo Sostenible 4 de la Agenda 2030 sean realizados principalmente por los gestores públicos. Tal movimiento representaría un avance significativo e innovador en las políticas públicas educativas y culturales. Para ello, sin embargo, son deseables la planificación, la voluntad política, las alianzas institucionales y el personal técnico capacitado.

Palabras-Clave: Educación de Calidad; Sostenibilidad; Promoción de la Lectura; Análisis de Política Pública; América Latina.

PUBLIC POLICIES ON THE BOOKS AND READING PROMOTION IN THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT: APPROACHES TO SDG 4 OF THE 2030 AGENDA

ABSTRACT

This study aims to identify similarities between the public policies on the books and reading promotion and the Sustainable Development Goal 4 of the 2030 Agenda. Theoretically, public policies on the books and reading promotion and Sustainable Development Goal 4 of the 2030 Agenda were discussed. A qualitative and quantitative research was carried out, with documentary design and descriptive and exploratory levels. Fifteen documents were retrieved from the repository of the Regional Center for Book Promotion in Latin America and the Caribbean. The documents were analyzed using the methods of data correlation analysis and content analysis. The correlation analysis of the data showed that there is no correlation between the data of the Sustainable Development Goal 4 and the public policies analyzed. The content analysis presented data that corroborate the ones obtained in the correlation analysis. It was identified that the public policies on the books and reading promotion analyzed address issues that are underrepresented or absent in Sustainable Development Goal 4 of the 2030 Agenda. The research concludes that it is fundamental that the efforts to bring the public policies on the books and reading promotion and the Sustainable Development Goal 4 of the 2030 Agenda closer are carried out mainly by public managers. Such a movement would represent a significant and innovative advance in educational and cultural public policies. To do so, however, planning, political will, institutional alliances and trained technical personnel are desirable.

Keywords: Quality Education; Sustainability; Reading Habit Promotion; Policy Analysis; Latin America.

1 INTRODUÇÃO

Pensar as análises de conteúdo e de correlação de dados entre políticas públicas do livro e leitura e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 da Agenda 2030, sobre a educação de qualidade, coloca-nos no enredo de um movimento atual no mundo que tem como objetivo aproximar os domínios social, político, ambiental e econômico do desenvolvimento sustentável.

É importante esclarecer que desenvolver as distintas frentes de modo sustentável significa atender às várias

necessidades humanas no tempo presente sem comprometer a capacidade e oportunidade de que as futuras gerações realizem o mesmo, sem prejuízos futuros (World Commission on Environment and Development, 1987). Inclusive, Tunmise e Abimbola (2016) ecoam esse pensamento; os pesquisadores afirmam que o desenvolvimento sustentável compreende aquilo que “atende às necessidades da geração presente sem invadir a força da geração futura para satisfazer as suas

próprias necessidades” (Tunmise & Abimbola, 2016, p.145, tradução nossa).

Fato é que se apreendermos com exclusividade o domínio social, não seria difícil identificarmos questões sociais as quais mereçam a devida atenção quanto a essa compreensão de desenvolvimento. Certamente, poderíamos elencar tópicos de amplo interesse como os seguintes: igualdade social; distribuição de renda; criação de postos de trabalho que oportunize renda individual adequada; igualdade entre mulheres e homens; integração plena da mulher na política e mercado de trabalho; bem-estar social; universalização dos direitos de todos no âmbito da educação, saúde, habitação e seguridade social. Isso demonstra que há na sociedade questões e fenômenos cujas tratativas corresponderiam à sustentabilidade social – forma de sustentabilidade que “está vinculada ao padrão estável de crescimento, melhor distribuição de renda com redução das diferenças sociais” (Gomes, 2005, p.5) –, como é o caso da educação.

É importante esclarecer que este estudo tem como objetivo identificar aproximações entre políticas públicas do livro e leitura e o ODS 4 da Agenda 2030. Ambos os tópicos se aninham no bojo das discussões acadêmicas no domínio social e no espectro da educação concomitantemente. Portanto, esta pesquisa endereça contribuições ao domínio da Ciência da Informação na sua dimensão social, com questões relativas à educação.

Nesse sentido, o problema da pesquisa consiste no seguinte: à medida que políticas

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AGENDA 2030

Nesta seção, apresentaremos uma breve contextualização acerca do que são as políticas públicas, sobretudo as do livro e

2.1 Políticas Públicas do Livro e Leitura

O uso do termo políticas públicas corriqueiramente nos meios de comunicação pode sugerir que há problemas públicos em

públicas do livro e leitura têm maior número de ações executáveis é provável que elas podem convergir com metas do ODS 4 da Agenda 2030?

A justificativa para a execução desta investigação está em que o desenvolvimento sustentável é um tópico de elevada importância no presente século. Neste caso, ponderando o aspecto educacional no âmbito dessa forma de desenvolvimento, há o documento *Declaración de Buenos Aires*, publicado em 2017. Ele consiste na representação de um compromisso firmado por ministros da educação de países da América Latina e do Caribe. Na verdade, trata-se de um registro que expressa o pacto de mais de 170 representantes governamentais de alto nível, junto a outros da Organização das Nações Unidas (ONU) e de órgãos regionais e organizações da sociedade civil de 26 países, em favor de uma nova visão de educação até o ano 2030 na América Latina (Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe, 2017). Portanto, tem-se o sentimento de que este estudo pode contribuir com reflexões e dados que favoreçam a construção de um novo viés educacional nos países latino-americanos, cujas políticas públicas, como as do livro e leitura, possam se enquadrar em novos parâmetros de desenvolvimento.

Logo em seguida, discorre-se o referencial teórico da pesquisa, que tem como finalidade cooperar na resolução do problema introduzido. Nessa seção, são feitas colocações sobre as políticas públicas do livro e leitura e sobre o ODS 4 no contexto da Agenda 2030.

leitura, assim como esclareceremos em que consiste o ODS 4 no âmbito da Agenda 2030.

aberto que necessitam de atenção. Vale esclarecer que não há uma única ou melhor definição do termo na literatura (Souza, 2006).

Na verdade, há muitos pontos de convergência e divergências entre as correntes teóricas atuais, o que culmina numa profusão de conceitos que têm aproximações e distanciamentos. Entretanto, uma definição que faz sentido ao propósito deste estudo é a cunhada por Secchi (2013, p.2), que entende a política pública como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Ou seja, diante de questões em aberto na sociedade, que afetam a uma coletividade, há que haver uma resolução que atenda a todos e esta é manifesta materialmente como uma diretriz.

Na realidade, há políticas públicas devido à existência dos problemas públicos. “É dizer que são os problemas públicos, portanto, que concretizam a causa para as políticas públicas existirem” (Camillo & Castro Filho, 2022, p.154). Podemos dizer que o problema público é uma condição inaceitável na sociedade (Tietje, 2018) ou ele é o que tem claras implicações a uma quantidade notável de pessoas (Secchi, Coelho & Pires, 2019). Trata-se de problemas que afetam as pessoas nas inúmeras áreas de desenvolvimento, como as seguintes: saúde; educação; segurança; gestão; meio ambiente; saneamento; habitação; emprego; renda; previdência social; planejamento urbano; justiça; cidadania; economia; assistência social; relações internacionais; cultura; esporte; ciência, tecnologia e inovação; infraestrutura e transportes; dentre outras, como a do acesso à leitura, um problema público vinculado às grandes áreas da educação e da cultura.

É comum que os problemas públicos de uma determinada localidade, como um município, estado ou país, sejam expostos após a execução de levantamentos de dados exaustivos, como as pesquisas de censo. No caso do problema referente ao acesso à leitura, o Instituto Pró-Livro, no Brasil, desenvolve pesquisas na área da leitura e periodicamente divulga edições da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil. A penúltima edição do censo foi publicada em 2016 e a última, em 2020.

Segundo consta no documento, ao longo de 12 anos, isto é, de 2007 a 2019, percebeu-se ter havido queda e estagnação no percentual de leitores por região do Brasil. A Região Norte, em 2020, registrou aumento de 2% no índice de leitores em relação ao resultado da pesquisa de 2015. Em 2015, 8% da população dessa região foi considerada leitora e em 2019, 10% (Instituto Pró-Livro, 2016, 2020).

A Região Nordeste, por outro lado, registrou estagnação. Em 2015 era 25% o índice de leitores e em 2019 esse percentual se manteve. Contudo, o Centro-Oeste brasileiro registrou queda de 1%. Em 2015, 8% dos entrevistados dessa região foram considerados leitores e em 2019, 7%. Também houve queda na Região Sudeste. Em 2015, 46% das pessoas dessa região foram consideradas leitoras, mas em 2019, 42% o foram. A Região Sul, no entanto, registrou aumento. Quando em 2015 apenas 13% dos entrevistados foram considerados leitores, em 2019 o foram 16% deles (Instituto Pró-Livro, 2016, 2020).

Evidentemente, esses percentuais demonstram que, ao menos no Brasil, há muito que ser feito para que os cidadãos das mais diversas faixas etárias e condições socioeconômicas tenham acesso à leitura no bojo da educação de qualidade e da apropriação cultural. Isso requer iniciativas do Estado ou de organismos de outros setores para elaborar e implementar políticas públicas que sanem problemas ligados à promoção do livro e da leitura no país. A razão desse entendimento está em que não é apenas o Estado quem propõe políticas públicas, sendo que a sua centralidade com esse compromisso político é compreendida como uma abordagem estadocêntrica, quer dizer: o Estado no centro de tudo, no comando. A corrente teórica contrária a essa, entretanto, avalia que outros atores (organizações privadas, organizações não governamentais e organismos multilaterais) também podem elaborar e implementar políticas públicas, sendo chamada de multicêntrica, que remete à ideia do estabelecimento de vários centros de discussão

para formular e implementar políticas públicas para além do envolvimento do Estado (Secchi, 2013).

No caso das políticas públicas do livro e leitura, Camillo e Castro Filho (2022, pp.160-161) as entendem como

[...] um conjunto de documentos compreendidos como instrumentos políticos que visam à resolução dos problemas públicos no mundo concreto ligados às áreas da educação e da cultura, cujo enfoque está, sobretudo, na ampla promoção da

leitura, efetivada por meio de medidas voltadas ao uso da escrita, leitura, inclusão social e de abordagens sociais, culturais e econômicas.

São instrumentos políticos dessa natureza que podem se enveredar pelo caminho do desenvolvimento sustentável a fim de introduzir nas gestões públicas de educação e cultura no país políticas públicas inovadoras e consoantes às tendências atuais de desenvolvimento, como o sustentável, compreendido mais popularmente no âmbito da Agenda 2030.

2.2 ODS 4 na Agenda 2030

A Agenda 2030 constitui um programa que foi firmado entre os vários chefes de estado no decorrer de uma conferência de cúpula da ONU realizada em Nova York, nos Estados Unidos, entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015 (Barbieri, 2020). O documento pode ser concebido como uma macropolítica multilateral aplicável a todos os países do mundo, a fim de que consigam promover o desenvolvimento sustentável e, por conseguinte, assegurar a sustentabilidade na sociedade nos anos porvir.

A Agenda 2030 está organizada em 17 objetivos (Figura 1) cujo total de metas é 169. Eles visam ao desenvolvimento sustentável cujo intento é harmonizar o meio ambiente, a economia do país e as pessoas no rumo do progresso consciente e perdurável. Baseado nessa acepção integradora de progresso, os 17 objetivos foram nomeados de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, cuja difusão entre os países é significativamente ampla hodiernamente.

Figura 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: <https://www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/>.

Apesar da relevância do conjunto dos 17 ODS para o desenvolvimento socioeconômico ambiental atualmente, o ODS 4, sobre a educação de qualidade, está mais propriamente relacionado aos intentos deste estudo, e é em razão disso que ele será evidenciado.

O ODS 4 tem como objetivo “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (Nações Unidas Brasil, 2023) e suas metas são classificadas do seguinte modo: 4.1; 4.2; 4.3; 4.4; 4.5; 4.6; 4.7; 4.a; 4.b; 4.c.

A meta 4.1 diz que, até 2030, é fundamental “garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes” (Nações Unidas Brasil, 2023). Ainda no mesmo sentido, a 4.2 sugere que até esse mesmo ano “meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário” (Nações Unidas Brasil, 2023). Apesar da composição ordenada das metas dentro do ODS 4, a meta 4.6 muito se adequa a este bloco em específico, pois seu conteúdo segue na mesma direção do das metas 4.1 e 4.2. Assim, a meta 4.6 prevê que, até 2030, “todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática” (Nações Unidas Brasil, 2023).

Podemos sugerir que após meninos e meninas obterem acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, educação pré-escolar e completarem, todos, os seus estudos nos níveis primário e secundário, melhores oportunidades de emprego lhes estarão ao alcance no concorrido mercado de trabalho. Nesse sentido, em consonância com as metas 4.1 e 4.2, a 4.3 diz que, até 2030, deve-se “assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade” (Nações Unidas Brasil, 2023). Mais além disso, como se entende a partir da meta 4.5, é fundamental que até 2030 também se tenha buscado “eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade” (Nações Unidas Brasil, 2023).

Tais feitos são essenciais, pois eles têm potencial para projetar as presentes e futuras

gerações em postos de trabalho que atendam às suas demandas de desenvolvimento individual e familiar. A meta 4.4, por exemplo, muito relacionada a esse contexto, prevê ganhos individuais oriundos dos processos educativos contínuos que objetivam o empoderamento das pessoas no mercado de trabalho. Consta nela que, até 2030, é primordial “aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo” (Nações Unidas Brasil, 2023).

Um dos efeitos da educação de qualidade devidamente implementada no sistema de educação de uma localidade é tratado na meta 4.7. Nela, consta que até 2030 será fundamental

[...] garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (Nações Unidas Brasil, 2023).

Porém, o efetivo alcance de resultados alinhados à sustentabilidade, aos direitos humanos, à igualdade de gênero, à cultura de paz e diversidade e à cidadania global dependerá de inúmeras iniciativas que atravessam processos educativos de qualidade, solidificáveis nos sistemas de educação dos países do mundo. Algumas delas são o que consta nas metas subsequentes 4.a, 4.b e 4.c.

Primeiramente, de acordo com o que é proferido por meio da meta 4.a, é importante “Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem

ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos” (Nações Unidas Brasil, 2023). Depois, a iniciativa deve se desdobrar em ações cujo substancial objetivo, visto na meta 4.b, seja o de

[...] ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento (Nações Unidas Brasil, 2023).

Por último, como se vê na meta 4.c, anseia-se até 2030 “aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados

insulares em desenvolvimento” (Nações Unidas Brasil, 2023).

Dessa maneira, podemos considerar que a Agenda 2030 é um importante instrumento que direciona mudanças de desenvolvimento nas bases da sociedade hoje em dia baseado nos seus 17 ODS. O ODS 4, em especial, é o que defende o acesso à educação de forma igualitária e com qualidade a todos, em todos tipos e níveis de ensino. Ele ambiciona, noutros termos, a aprendizagem significativa, o desenvolvimento educativo na infância, a educação técnica, profissional e superior, o desenvolvimento de habilidades e competências técnicas, a igualdade de gênero, a inclusão e a integração de pessoas, a alfabetização e o conhecimento de matemática, o desenvolvimento sustentável sistêmico, o estabelecimento de instalações físicas para a educação e segurança de gênero, a oferta de bolsas de estudo aos estudantes e a formação e qualificação de profissionais da educação.

O estudo segue com a sua parte empírica logo em seguida. A seção seguinte apresenta a metodologia executada para atingir o objetivo da investigação.

3 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida tem natureza quali-quantitativa, delineamento documental e níveis descritivo e exploratório. Ante ao desejo de produzir inferências matemáticas sem desconsiderar a compreensão dos significados nas relações encontradas, consideramos o estudo com tal natureza. Seus níveis exploratório e descritivo são registrados, pois tem-se o desejo de contribuir na Ciência da Informação com esta investigação, cujo espectro de discussão ainda é pouco explorado no domínio. Ainda, mediante os documentos a serem analisados, tem-se a preocupação de descrever o fenômeno, apresentando dados numéricos e seus significados. Por último, é uma pesquisa documental porque nos valem de políticas públicas do livro e leitura recuperadas do repositório do Centro Regional para o

Fomento do Livro na América Latina e o Caribe (CERLALC), nas respectivas abas “Leitura e Bibliotecas” e “*Planes y políticas*”, aplicando o filtro “*Lectura*” ao final.

Recuperamos 15 políticas públicas vinculadas aos seguintes países: Argentina (*Plan Lectura – Programa Educativo Nacional para el Mejoramiento de la Lectura; Plan de Lectura y Escritura en la Biblioteca Nacional de Maestros*); Brasil (Plano Nacional do Livro e Leitura); Chile (*Plan de Lectura “Leo Primero”; Plan Nacional de la Lectura 2015-2020*); Colômbia (*Plan Nacional de Lectura y Escritura de Educación Inicial, Preescolar, Básica y Media*); El Salvador (*Plan Nacional de Lectura y Escritura 2017 “Puesiesque”*); Equador (*Plan Nacional de Promoción del Libro y la Lectura “José de la Cuadra”*); Honduras (*Plan de Formación en*

Promoción de Lectura en Honduras “Tiempo de leer”); Nicarágua (*Plan Nacional de la Lectura desde las Bibliotecas Públicas de Nicaragua*); Panamá (*Plan Nacional de Lectura en Panamá; Plan Nacional de Promoción de la Lectura y la Escritura*); República Dominicana (*Plan Nacional del Libro y la Lectura*); Uruguai (*Plan Nacional de Lectura*); Venezuela (*Plan Nacional de Lectura “Manuel Vadell” 2019-2025*).

A pesquisa considerou como úteis ao propósito desta investigação apenas os documentos que correspondiam claramente à designação de políticas públicas do livro e leitura. Documentos alheios a essa compreensão não foram considerados e em razão disso os demais países latino-americanos não compuseram a amostra do estudo.

Também é importante destacar que há países com mais de uma política pública do livro e leitura, segundo consta no repositório averiguado. Portanto, há federações mais representadas que outras quando se trata do número de documentos recuperados e válidos na pesquisa.

Com a finalidade de realizar a análise correlação dos dados, foi importante estabelecer recortes textuais dos documentos recuperados. Recortou-se, nas políticas públicas, o conteúdo textual que demonstrava uma ação cuja execução favorecia a promoção do livro e da leitura no âmbito social nacional ao qual a política pública recuperada corresponda. Logo a seguir, o Quadro 1 apresenta a relação do número de recortes por documento.

Quadro 1: Quantidade de recortes textuais por política pública do livro e leitura

Política pública do livro e leitura	Quantidade de recortes
<i>Plan Lectura – Programa Educativo Nacional para el Mejoramiento de la Lectura</i>	08
<i>Plan de Lectura y Escritura en la Biblioteca Nacional de Maestros</i>	26
Plano Nacional do Livro e Leitura	22
<i>Plan de Lectura “Leo Primero”</i>	13
<i>Plan Nacional de la Lectura 2015-2020</i>	04
<i>Plan Nacional de Lectura y Escritura de Educación Inicial, Preescolar, Básica y Media</i>	08
<i>Plan Nacional de Lectura y Escritura 2017 “Puesiesque”</i>	09
<i>Plan Nacional de Promoción del Libro y la Lectura “José de la Cuadra”</i>	03
<i>Plan de Formación en Promoción de Lectura en Honduras “Tiempo de leer”</i>	03
<i>Plan Nacional de la Lectura desde las Bibliotecas Públicas de Nicaragua</i>	04
<i>Plan Nacional de Lectura en Panamá</i>	20
<i>Plan Nacional de Promoción de la Lectura y la Escritura</i>	05
<i>Plan Nacional del Libro y la Lectura</i>	14
<i>Plan Nacional de Lectura</i>	05
<i>Plan Nacional de Lectura “Manuel Vadell” 2019-2025</i>	06

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Para que fosse possível estabelecer uma análise de correlação de dados, houve uma tentativa de aproximar os recortes textuais obtidos das metas que compõem o ODS 4 da Agenda 2030. Nem todos os documentos demonstraram relações com esse ODS. Contudo, tal ação foi fundamental para obter o pano de fundo da análise pretendida.

Na análise de correlação, constrói-se um diagrama de dispersão dos dados. Massad

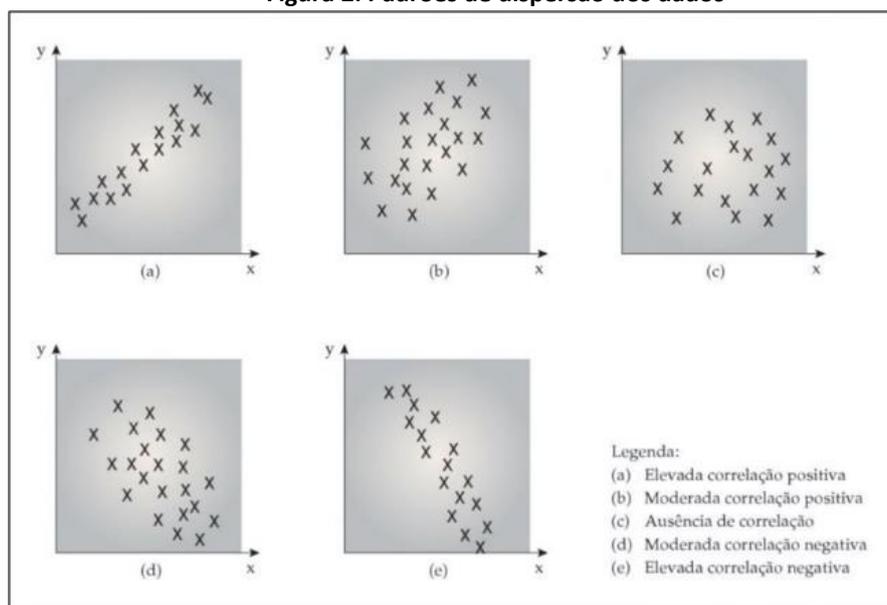
et al. (2004) afirmam que o diagrama de dispersão consiste numa amostra de duas variações quantitativas, também chamada de bivariada quantitativa. Isso quer dizer que “[...] as observações da variável X devem ser feitas nos mesmos indivíduos em que é medida a variável Y” (Massad *et al.*, 2004, p.145). Dessa maneira, no eixo Y do diagrama deste estudo, considerou-se o total de recortes textuais das políticas públicas, e no eixo X, a quantidade

desses recortes textuais convergentes com uma ou mais metas do ODS 4.

No diagrama de dispersão, os dados representados constituem padrões de dispersão. Os padrões informam o tipo de relacionamento existente entre as variáveis.

Segundo Werkema (2014), os padrões de dispersão, que estão ilustrados na Figura 2, são: elevada correlação positiva; moderada correlação positiva; ausência de correlação; moderada correlação negativa; elevada correlação negativa.

Figura 2: Padrões de dispersão dos dados



Fonte: Werkema (2014, p.160).

O padrão “elevada correlação positiva” indica que quando x e y aumentam juntos há uma tendência positiva muito clara e acentuada entre as variáveis. Noutras palavras, há uma correlação muito expressiva entre elas. Depois, no padrão “moderada correlação positiva” o processo é similar, no entanto, é percebida uma correlação mais comedida entre as variáveis. Isso significa que a variabilidade presente não é tão contundente quanto a que ocorre no padrão de elevada correlação. Portanto, outras variáveis além de x são necessárias para explicar a variabilidade que ocorre em y (César, 2011; Werkema, 2014).

Além desses, o padrão “ausência de correlação” ilustra os valores de uma variável que não apresenta relacionamento com outra. Dito de outro modo, entende-se que x não correlaciona com y nesse esquema (César, 2011; Werkema, 2014). Assim, ao invés de se serem percebidas algumas tendências positivas

ou negativas, a dispersão dos dados assume representação “neutra”.

De outro lado, os padrões de correlação negativa constituem o inverso da vista nos padrões positivos. O padrão “moderada correlação negativa”, por exemplo, demonstra que x tende a diminuir ao passo que y aumenta. Isso indica que existe alguma correlação negativa entre as variáveis. Mas, na “elevada correlação negativa”, por fim, os valores mais baixos de y estão fortemente associados aos mais elevados de x (César, 2011; Werkema, 2014).

Realizou-se, também, uma análise de conteúdo categorial. Como método, a Análise de Conteúdo consiste num conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam à descrição do conteúdo das mensagens por meio de indicadores qualitativos e/ou quantitativos. Como uma técnica com base no estabelecimento de categorias, a análise

categorial trata da divisão dos componentes da mensagem em rubricas ou categorias, uma vez que elas possuem sentido e podem ser analisadas (Bardin, 2016).

As três fases do método foram aplicadas. Elas são: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados e interpretação.

Na pré-análise, sistematiza-se as ideias iniciais de modo que seja estabelecido um percurso lógico para desenvolver as fases sucessivas. É um período em que o pesquisador intui sobre o conteúdo. Depois, na fase de exploração do material, os dados são transformados sistematicamente e agregados em unidades de significado, chamadas de unidades de registro (UR). Por fim, na última

fase, que é a de tratamento dos resultados e interpretação, os dados brutos são tratados pelo analista, gerando o produto da análise, que é o seu sentido (Bardin, 2016).

As categorias da pesquisa foram construídas com base do procedimento misto, ou seja, elaborou-se um sistema de categorias tanto *a priori* quanto *a posteriori*. No procedimento *a priori*, as categorias são as 10 metas do ODS 4 da Agenda 2030 e no *a posteriori*, elas advieram de uma “leitura flutuante” realizada na fase de pré-análise.

O sistema categorial proposto é visto logo a seguir, no Quadro 2, com a palavra categoria codificada como “CTG-número da categoria” para facilitar a sua referência na seção Resultado e discussões.

Quadro 2: Sistema categorial misto

Categorias <i>a priori</i>
CTG-01: Aprendizagem significativa (Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes)
CTG-02: Desenvolvimento educativo na infância (Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário)
CTG-03: Educação técnica, profissional e superior (Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade)
CTG-04: Habilidades e competências técnicas (Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo)
CTG-05: Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas (Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade)
CTG-06: Alfabetização e conhecimento de matemática (Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática)
CTG-07: Desenvolvimento sustentável sistêmico (Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável)
CTG-08: Instalações físicas para a educação e segurança de gênero (Até 2030, construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos)
CTG-09: Oferta de bolsas de estudo (Até 2030, ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento)

CTG-10: Formação e qualificação de professores (Até 2030, aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento)

Categorias a posteriori

CTG-11: Desenvolvimento social

CTG-12: Desenvolvimento em leitura

CTG-13: Equipamentos de informação, sebos e livrarias

CTG-14: Parcerias institucionais

CTG-15: Complexidade na promoção da leitura

CTG-16: Técnicas e estratégias para a promoção da leitura

CTG-17: Leitura, escrita, oralidade e identidade

CTG-18: Implementação de políticas públicas

CTG-19: Gestão da educação

CTG-20: Capacitação bibliotecária e de outros profissionais

CTG-21: Usuários da informação

CTG-22: Desenvolvimento de pesquisas

CTG-23: Atos de reconhecimento

CTG-24: Economia do livro

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Sendo assim, o resultado da pesquisa é visto logo em seguida, com a representação dos dados no diagrama de dispersão que

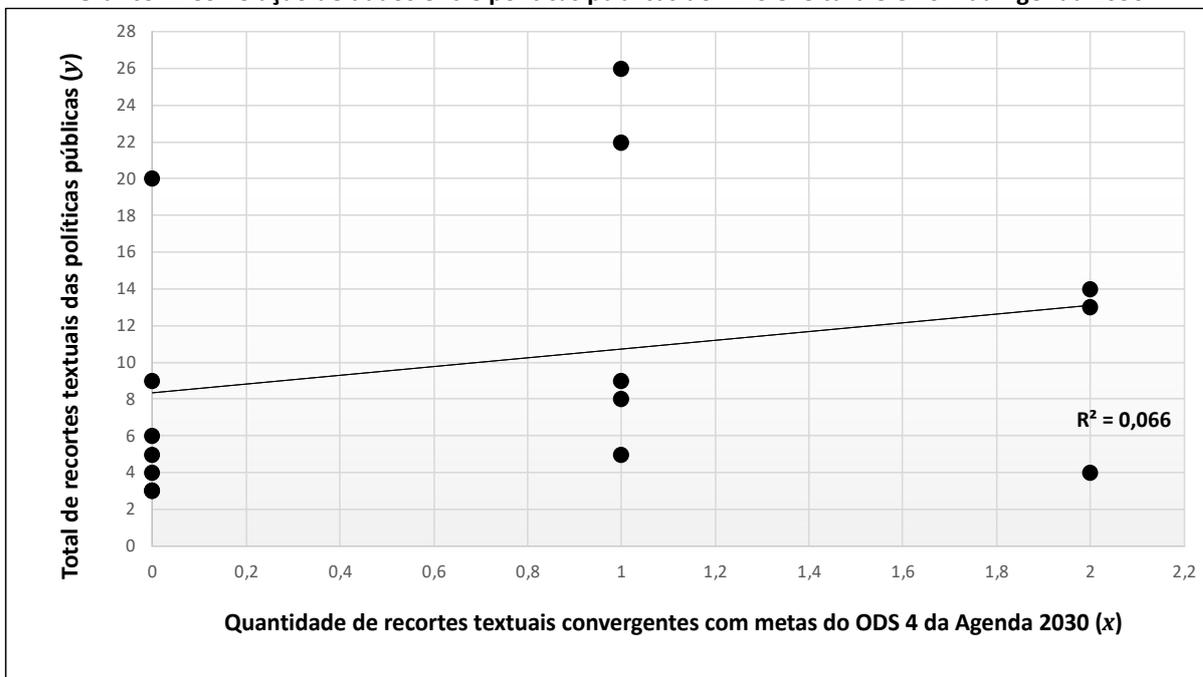
corresponde a um dos comportamentos vistos como padrões e, mais adiante, a análise de conteúdo dos documentos analisados.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

Mediante o estabelecido na seção Metodologia, desejou-se aproximar os recortes textuais obtidos das políticas públicas analisadas das metas que compõem o ODS 4 da Agenda 2030. Mais que isso, questionou-se, introdutoriamente nesta pesquisa, se à medida que políticas públicas do livro e leitura têm maior número de ações executáveis elas podem convergir com metas do ODS 4 da Agenda 2030.

Noutras palavras, quisemos saber se o quão mais abastada uma política pública do livro e leitura for com relação ao número de ações para serem desempenhadas na sociedade maior será a probabilidade de ela ter convergências claras com metas que favorecem a educação de qualidade sob a ótica do desenvolvimento sustentável. O Gráfico 1, a seguir, ajuda a compreender o resultado.

Gráfico 1: Correlação de dados entre políticas públicas do livro e leitura e ODS 4 da Agenda 2030



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nele, a linha de tendência consiste numa representação dentro da área de plotagem gráfica. A linha traduz a equação linear dada pela fórmula $y = bx + a$ e evidencia o comportamento dos dados da pesquisa. Noutras palavras, a linha de tendência funciona como um “termômetro”, pois com base na observação dos dados dispersos na área de plotagem, alinhados ou não a ela, é possível sugerir a existência ou ausência de correlações.

Também na área gráfica, o R^2 (R-quadrado) consiste no coeficiente de determinação. Ele é a medida que traduz o quão distante os grafos – pontos – estão da linha de tendência. Quanto mais distantes eles estiverem dela, há maior probabilidade de que o valor do R^2 esteja próximo de 0. Inversamente, quanto mais próximos os grafos estão da linha de tendência, maiores são as chances de o R^2 ter valor próximo de 1,0.

Neste caso, o R^2 se aproximou de 0, sendo o seu valor o correspondente a 0,066. Tal constatação possibilita inferir, junto da

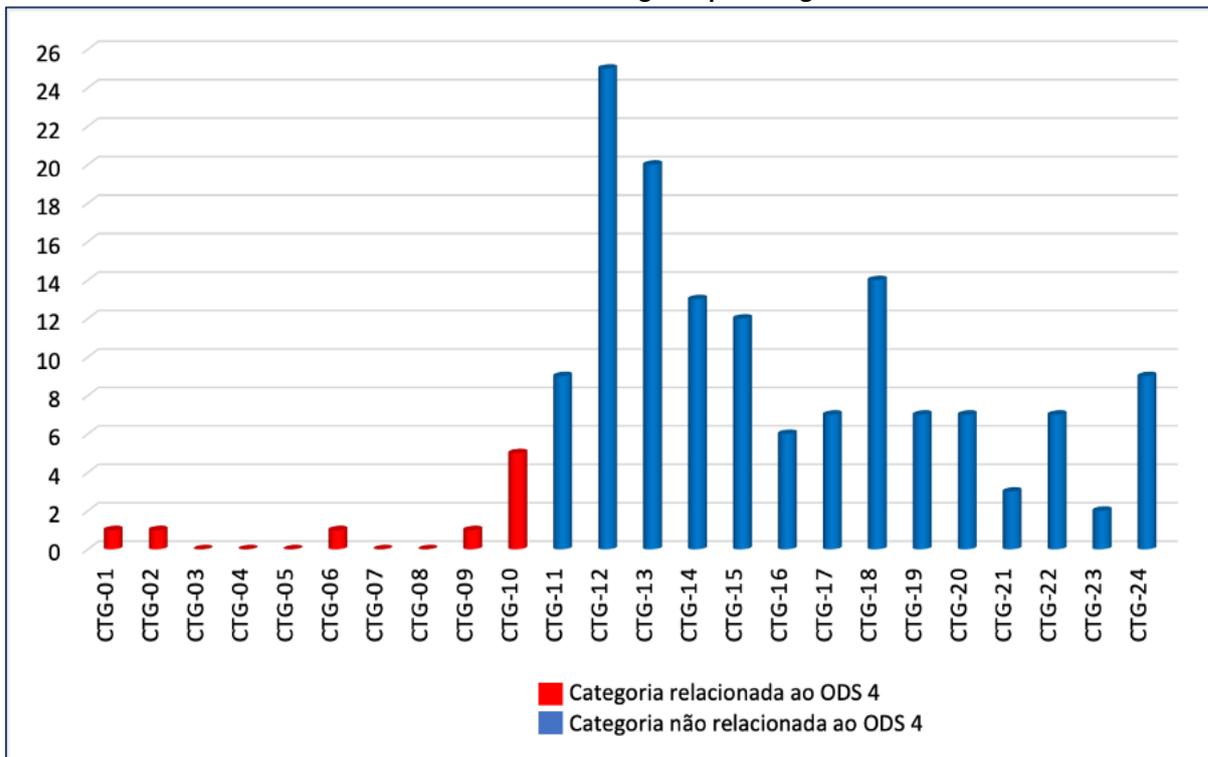
visualização dos dados, que não há correlação entre os dados da pesquisa, demonstrado pela dispersão e assincronia dos grafos na área de plotagem.

Portanto, podemos inferir que há ausência de correlação entre os dados e por esse motivo não é possível inferir que quanto mais ações executáveis uma política pública do livro e leitura tem maiores são as chances de que exista no mesmo documento ações alinháveis ao ODS 4 da Agenda 2030.

Dessa maneira, podemos questionar o seguinte: se há evidência quanto à divergência entre políticas públicas do livro e leitura e o ODS 4 da Agenda 2030, do que essas políticas públicas se aproximam afinal?

Tal resposta pôde ser obtida com o emprego da análise de conteúdo categorial aos dados da pesquisa. O Gráfico 2, visto logo em seguida, demonstra a frequência de UR por rubrica após a categorização do conteúdo das políticas públicas do livro e leitura analisadas.

Gráfico 2: Unidades de registro por categoria.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O Gráfico 2 demonstra colunas em vermelho e em azul. Em vermelho, são as colunas com UR vinculáveis ao ODS 4 da Agenda 2030 e em azul, as não vinculáveis. Ou seja, há maior contingente de dados que não converge com esse ODS do que dados que convergem com ele, e isso corrobora o que foi anteriormente visto por meio do Gráfico 1.

Dentre as categorias que convergem com o ODS 4, a 10 (CTG-10: Formação e qualificação de professores) é a que possui a maior frequência (5 UR). Seguidamente, as categorias 01 (CTG-01: Aprendizagem significativa), 02 (CTG-02: Desenvolvimento educativo na infância), 06 (CTG-06: Alfabetização e conhecimento de matemática) e 09 (CTG-09: Oferta de bolsas de estudo) possuem a mesma frequência (1 UR) dentre as convergentes com esse ODS. As relações estão direta e respectivamente ligadas às metas 4.c, 4.1, 4.2, 4.6 e 4.b do ODS de educação de qualidade.

Isso significa que há entre as políticas públicas do livro e leitura e o ODS 4 da Agenda 2030 aproximações relacionadas à formação e qualificação de professores para atuarem na educação, aprendizagem significativa referente aos ensinos primário e secundário de meninos e meninas, assim como a garantia do seu desenvolvimento na pré-escola e no ensino primário. Outros fatores de justaposição entre os documentos analisados e o ODS 4 são os relacionados à alfabetização e conhecimento de matemática de meninas e meninos na escola e a oferta de bolsas de estudo para programas com foco na educação de níveis médio, como o ensino técnico, e superior.

Por outro lado, em azul, as categorias que não convergem com o ODS 4 somam 14 no total. Dentre elas, a categoria 12 (CTG-12: Desenvolvimento em leitura), com 25 UR, é a que possui o maior número de dados vinculados. Isso pode significar que as políticas públicas analisadas tratam majoritariamente do desenvolvimento da leitura. Como interesse

subsequente a esse, podemos ver a relação frequencial com a categoria 13 (CTG-13: Equipamentos de informação, sebos e livrarias). Esta é a segunda maior categoria da análise, pois agrupa 20 UR. Portanto, além de abordar o desenvolvimento da leitura, as políticas públicas analisadas também evidenciam os equipamentos de informação onde tal desenvolvimento pode ocorrer, assim como apresenta vínculos com os sebos e livrarias: elementos parte da economia do livro.

A categoria 18 (CTG-18: Implementação de políticas públicas), também volumosa, com 14 UR, se sobressai ao longo da análise. Ela prevê a implementação de políticas públicas do livro e leitura. E é interessante adicionar a esta percepção o fato de que a categoria 14 (CTG-14: Parcerias institucionais), com 13 UR, ressalta a importância das parcerias institucionais. Talvez isso indique que as parcerias institucionais proporcionarão maior robustez às propostas de políticas públicas do livro e leitura, além de ampliar o alcance das ações vislumbradas para estas. Isso vai ao encontro da perspectiva multicêntrica de políticas públicas. Essa linha de pensamento compreende que não é apenas o Estado quem propõe políticas públicas, sendo que outros atores também podem fazê-lo (Secchi, 2013), inclusive com parcerias com o Estado. Assim sendo, as organizações privadas, as organizações não governamentais e os organismos multilaterais também podem apresentar propostas de políticas públicas como alternativas para sanar os mais variados tipos de problemas públicos.

Contudo, por se tratar de um movimento complexo entre parceiros institucionais e sociedade, talvez seja desafiante compreender o quão efetivas as políticas públicas são, quanto mais as do livro e leitura. Isso pode endereçar a categoria 15 (CTG-15: Complexidade na promoção da leitura), com 12 UR, dado que ela se refere à complexidade na atividade de promover a leitura. Torna-se complexo tal execução na medida que o amplo desenvolvimento depende de inúmeras formas de executá-lo. É importante haver tipos de

desenvolvimento, como o econômico, o social, o ambiental e o político, desde que eles sejam harmonizados.

A seguir, a categoria 11 (CTG-11: Desenvolvimento social) possui 9 UR. Muito embora esse número não reflita a maioria dos dados da análise, é fundamental nos atentarmos à impressão de que algumas políticas públicas do livro e leitura analisadas evidenciam a importância do desenvolvimento social. Para que ele ocorra, pode-se recorrer também à economia do livro (CTG-24: Economia do livro) (9 UR), que conta com atores cuja natureza da atuação no mercado contribui para ampliar a efetividade das ações. Assim, são atores da cadeia produtiva do livro, e parte da economia livreira, os seguintes: editores; livreiros; distribuidores; gráficas; fabricantes de papel; escritores; administradores; gestores públicos; dentre outros profissionais (Brasil, 2006).

Quando tratamos da categoria 17 (CTG-17: Leitura, escrita, oralidade e identidade) (7 UR), entendemos que aos documentos analisados é válido, para além de tratar da leitura, valorizar e promover a escrita, a oralidade e a identidade dos povos. O alcance disso passa pela educação, e não é apenas com a oferta de mais meios de acesso à leitura literária que o leitor será formado efetivamente. Há uma dimensão maior em que isso deve ocorrer, se encaixar, e ela se chama acesso à educação. Por meio do acesso a ela, sendo-a educação de qualidade, os estudantes podem acessar conhecimentos capazes de mudar a sua percepção de mundo, assim como lhes apresentar benefícios, das mais variadas ordens, decorrentes de uma construção social de si baseada na educação. Entretanto, ações como essas dependem de vários fatores, dentre eles o da apropriada gestão educacional, com vistas à categoria 19 (CTG-19: Gestão da educação) (7 UR), e o da capacitação de profissionais da educação, como se entende com os dados vinculados à categoria 20 (CTG-20: Capacitação bibliotecária e de outros profissionais) (7 UR), sobre a capacitação

profissional de atores que possuem vínculo com a educação e com a promoção do livro e da leitura, como os bibliotecários inclusive.

Com 7 e 6 UR respectivamente, as categorias 22 (CTG-22: Desenvolvimento de pesquisas) e 16 (CTG-16: Técnicas e estratégias para a promoção da leitura) demonstram que alguns documentos analisados se preocupam com desenvolver pesquisas no cenário da promoção do livro e da leitura. Isso é importante na medida que as pesquisas de hábito de leitura desenvolvidas no país, que seja local ou nacionalmente, podem produzir indicadores os quais culminarão no redesenho de novas políticas públicas do livro e leitura para a localidade correspondente as quais técnicas e estratégias inovadoras de promoção da leitura podem ser incorporadas.

Diante de todas as colocações e inferências feitas até este ponto, é importante

ressaltar que as ações aqui elucubradas têm como fim os usuários da informação, sejam eles reais ou potenciais. As políticas públicas do livro e leitura são atravessadas por esse compromisso, isto é, o de abranger o formando, o estudante, o leitor de tempo livre, de modo que eles sejam vistos como agentes autênticos da ação planejada, por isso são identificados como usuários da informação. Porém, tais esforços não podem ser em vão e havendo êxito ao longo do processo – dado que o leitor nunca está pronto; ele se faz e refaz constantemente – é fundamental que o trabalho seja reconhecido com a oferta de prêmios e distinções que os valorizem, o que reflete a categoria 23 (CTG-23: Atos de reconhecimento) (2 UR), sobre reconhecer as pessoas e ações exitosas de promoção do livro e da leitura; última abordagem que endereça a pesquisa às suas considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enredar as políticas públicas do livro e leitura no contexto do desenvolvimento sustentável diz respeito a uma tentativa de vincular as primeiras ao caráter urgente do último. Ao desenvolver as análises de correlação dos dados e de conteúdo, pudemos compreender algumas particularidades do fenômeno oriundo da aproximação entre ambos os elementos.

A análise de correlação dos dados demonstrou que há ausência de correlações entre os dados do ODS 4 e os das políticas públicas analisadas. Assim sendo, concluiu-se que não é possível inferir que quanto mais ações executáveis uma política pública do livro e leitura tem maiores são as chances de que exista no mesmo documento ações alinháveis ao ODS 4 da Agenda 2030.

Munidos dessa informação, pudemos notar que a análise de conteúdo realizada apresentou dados que corroboram os anteriores. Por meio da aplicação da técnica de análise categorial, identificou-se que, na verdade, as políticas públicas do livro e leitura

analisadas tratam do seguinte: desenvolvimento social; desenvolvimento em leitura; equipamentos de informação, sebos e livrarias; parcerias institucionais, complexidade na promoção da leitura; técnicas e estratégias para a promoção da leitura; leitura, escrita, oralidade e identidade; implementação de políticas públicas; gestão da educação; capacitação bibliotecária e de outros profissionais; usuários da informação; desenvolvimento de pesquisas; atos de reconhecimento; e economia do livro: tópicos sub-representados ou ausentes no ODS 4 da Agenda 2030.

Dessa maneira, inferimos que o objetivo da pesquisa, que consistiu em identificar aproximações entre políticas públicas do livro e leitura e o ODS 4 da Agenda 2030, foi atingido.

A fim de que as políticas públicas do livro e leitura possam estar em consonância direta com os ODS, em especial o ODS 4, e tendo em vista as poucas aproximações verificadas entre ambos, conclui-se que é fundamental que esforços nesse sentido sejam feitos sobretudo

pelos gestores públicos. Tal movimento representaria um avanço significativo e inovador nas políticas públicas educacionais e

culturais. Para tanto, contudo, é desejável planejamento, vontade política, parcerias institucionais e pessoal técnico capacitado.

REFERÊNCIAS

- Barbieri, J. C. (2020). Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030. Vozes.
- Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo. Edições 70.
- Brasil (2006). Plano Nacional do Livro e Leitura. Ministério da Educação.
- Camillo, E. S. & Castro Filho, C. M. (2022). Políticas públicas do livro e leitura: um conceito em aberto. *Informação & Informação*, 27(2), 145-168. <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/45095/48302http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>.
- César, F. I. G. (2011). Ferramentas básicas da qualidade: instrumentos para gerenciamento de processo e melhoria contínua. Biblioteca 24 horas.
- Gomes, I. (2005). Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, 20(1), 1-17. <https://www.redalyc.org/pdf/500/50050107.pdf>.
- Instituto Pró-Livro (2016). Retratos da leitura no Brasil (4th ed.). Instituto Pró-Livro. http://prolivro2-org-br.umbler.net/wpcontent/uploads/2020/07/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf.
- Instituto Pró-Livro (2020). Retratos da leitura no Brasil (5th ed.). Instituto Pró-Livro. https://prolivro.org.br/wpcontent/uploads/2020/09/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPLcompactado.pdf.
- Massad, E. et al. (2004). Métodos quantitativos em medicina. Manole.
- Nações Unidas Brasil (2023). Educação de qualidade. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>.
- Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe (2017). Declaración de Buenos Aires. UNESCO. https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2019/10/20-Declaraci%C3%B3n-deBuenos-Aires_2017.pdf.
- Secchi, L. (2013). Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos (2nd ed.). Cengage Learning.
- Secchi, L., Coelho, F. S. & Pires, V. (2013). Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos (3rd ed.). Cengage Learning.
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, (16), 20-45. <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>
- Tietje, L. (2018). Why bother teaching public policy analysis. *Journal for the Advancement of Educational Research International*, (12). <https://eric.ed.gov/?q=public+policy&id=EJ1209445>.
- Tunmise, A. & Abimbola, O. (2016). Implementation of sustainable development: the impact of social sustainability. *International Proceedings of Chemical, Biological, and Environmental Engineering*.
- Werkema, C. (2014). Ferramentas estatísticas básicas do Lean Seis Sigma integradas ao PDCA e DMAIC. Elsevier.

World Commission on Environment and
Development (1987). Report of the World
Commission on Environment and

Development: our common future. Oxford
University Press.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o
apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).
Código de financiamento 001.